Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

Ata número 01/2019 da primeira reunião ordinária/2019 do Colegiado de *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — *Campus* Panambi. Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sala de reuniões da direção geral, reuniram-se para a primeira reunião ordinária de 2019, sob a presidência do Diretor Geral do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Panambi, Professor Alessandro Callai Bazzan, os membros: Jaubert de Castro Menchik, Larissa de Lima Alves e Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher, representantes do segmento Docente; Cesar Carlos Steinhorst, Aline Beatriz Germano Silveira e Marcelo Vielmo Afonso, representantes do segmento Técnico Administrativo em Educação; Alex Roberto Schmitt e Branca Bayer, representantes do segmento Discente; Silvane Costa Beber, Telmo Dutra de Freitas e Olívio Dilceu da Silva Oliveira, representantes da Sociedade Civil. Participaram da sessão como convidado os Diretores Leandro Luis Nagorny (Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional), Cléber Rubert (Diretor de Ensino) e a Coordenadora do setor de Assistência Estudantil Laura Beatriz da Silva Spanivello. Os conselheiros foram convocados pelo ofício nº 001/2019 — Colegiado de *Campus*/IFFarroupilha - *Campus* Panambi, de 02 de abril de 2019, com a seguinte pauta: Leitura e aprovação da Ata da Quarta Reunião Ordinária de 2018; Solicitação de Licença Interesse da servidora Madalena Rotta; Relatório de Ações e Resultados 2018 e Assuntos gerais. O Presidente do Colegiado, Diretor Alessandro Callai Bazzan iniciou a sessão agradecendo a presença dos conselheiros. Na sequência passou à pauta, iniciando a solenidade de posse da conselheira Sandra Elisabet Bazana Nonenmacher. Dando sequência, apresentou a pauta da reunião e informou a inclusão de um novo ponto, solicitado pelo conselheiro Jaubert, que trata sobre a apreciação do Colegiado da viabilidade de abertura do Curso Técnico em Agricultura integrado ao ensino médio. Os conselheiros aprovaram a inclusão do ponto de pauta. Passou-se em seguida à apreciação da ata da

quarta reunião ordinária de 2018. Alessandro solicitou que a ata seja encaminhada para os conselheiros com antecedência para apreciação. O conselheiro Marcelo questionou quanto ao prazo de envio da ata, sugerindo que seja realizado na mesma semana da reunião. Todos os conselheiros aprovaram a proposta. Após a conclusão da Ata, passar para o gabinete da Direção Geral e depois para os conselheiros. Alessandro passou a leitura da ata. O conselheiro Jaubert sugeriu que a ata em questão seja revisada e encaminhada por e-mail, para agilizar a reunião e focar na pauta principal. A análise será realizada na segunda reunião ordinária. O conselheiro Cesar sugeriu que as atas do colegiado sejam realizadas por um membro externo ao colegiado, facilitando a participação da secretária para que tenha condições similares de atenção como os demais conselheiros, desta forma questionou a possibilidade de alteração do regulamento no qual não houve discordância de nenhum dos conselheiros. Alessandro sugere, que a chefe de gabinete realize os apontamentos e a secretaria realize a revisão. O conselheiro Alex questionou quanto as revisões da ata, se estas ficam salvas, para que não haja discrepância no entendimento. Alessandro responde que a última versão fica no e-mail e após aprovação, a mesma é publicada no site institucional. Dando seguimento à pauta, o diretor Leandro Nagorny, apresentou o Relatório de Ações e Resultados 2018 - RAR. Apresentou as principais ações desenvolvidas no *campus* e resultados alcançados, pontuando que o relatório visa explanar as principais ações desenvolvidas, contribuindo assim com a elaboração do Relatório de Gestão do Instituto Federal Farroupilha. A conselheira Sandra apontou que na tabela do item 2.1.1 do relatório, constatou que houve um aumento desproporcional de valores investidos em relação aos número de alunos beneficiados. Alessandro explicou que houve alteração na Política de Assistência Estudantil e prontificou-se a solicitar um relatório para esclarecer a diferença nos valores. Como encaminhamento, este colegiado solicita a DPDI que detalhe junto ao relatório no item o porquê do aumento

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

do valor do auxílio e não do número de beneficiados. A conselheira Larissa solicitou a correção do nome do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, pois o mesmo é citado por diversas vezes, porém, com nomenclatura diferente. Ainda, pontuou que na sua opinião há um excesso de siglas no relatório, o que dificulta o entendimento, principalmente por parte da comunidade externa e sugeriu que seja colocada uma identificação do IFFar. Leandro informou que o modelo usado, fora enviado pela PRDI e que o mesmo serviu de subsídio para o Relatório de Gestão 2018. Alessandro recomendou que o layout do relatório seja arrumado e formatado dentro dos padrões institucionais. Outro apontamento realizado por Larissa se refere ao ponto "Apoio didático pedagógico para organização de grupos de estudos". Segundo Larissa, alguns coordenadores não têm conhecimento sobre o desenvolvimento deste trabalho no *campus*. Sandra informou que o Setor de Apoio Pedagógico realiza este trabalho junto aos alunos que buscam realizar estudos em grupo. O Diretor de Ensino Cléber Rubert, explicou que esta ação está prevista no relatório do Plano de Permanência e Êxito, inserido a pedido de alguns coordenadores. Jaubert pontua sobre a frase final deste item que dispõe sobre "Implantar e desenvolver programa de apoio pedagógico e complementação de estudos". No seu entendimento, faltam dados numéricos que fundamentam estes diagnósticos. Larissa questiona sobre reuniões na metade do semestre. Cléber explica que são os pré-conselhos que são realizados somente nos cursos de nível médio Larissa aponta que há inconsistência nos números apresentados na tabela da página 08 do relatório, uma vez que nesta o número de alunos de 2018 foi reduzido em relação à 2017. Alessandro recomendou a construção de uma planilha com as vagas ofertadas e que seja acrescentada a Graduação em Formação Pedagógica. Marcelo pontua que poderia ser colocada uma observação abaixo da planilha, uma vez que a minuta veio pronta da reitoria. Larissa observa também que no item "2.4. Promover políticas de qualidade de vida e bem estar do Servidor do IF

Farroupilha” não caberiam as formações do NAPNE, NEABI e NUGEDIS e como sugestão transferir estas atividades para ações do ensino. Alessandro entende que as ações destes núcleos podem melhorar a qualidade de vida do servidor, pois o mesmo terá conhecimento destes aspectos e concorda que poderiam ser realizadas mais atividades que agreguem na qualidade de vida. Larissa sugere deixar mais objetivo o texto, enumerar as atividades. No item “2.5 publicações de políticas de pesquisa e extensão”, Larissa sugeriu citar publicações em eventos a fim de engrandecer o relatório, justificando melhor o gasto do *campus* com a pesquisa. Sugere supressão da tabela sobre TI, pois números não alteraram de 2016 para 2018. Leandro justificou que a tabela estava pronta no relatório e somente alimentou a mesma. Na conclusão sugere suprimir o termo “visitas técnicas” pois as mesmas não estão sendo realizadas. O conselheiro Marcelo solicita que na introdução, onde constam a aquisição de equipamentos para “informática e para os laboratórios dos diversos eixos do campus”, citar os laboratórios que receberam recursos para aquisição de equipamentos para que futuramente possa disponibilizar recursos a outros laboratórios que não foram contemplados. No item 2.4.1 “Promover a articulação dos saberes e discussões relativas à saúde para reduzir a vulnerabilidade e os riscos relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, gravidez na adolescência, prevenção de doenças bucais e a sua relação com a saúde sistêmica, trabalhar questões de gênero e sexualidade e também a prevenção do uso de drogas. O grupo de trabalho formou multiplicadores e esses tinham o papel de propagar os conhecimentos adquiridos para seus colegas, familiares e sociedade, 300 alunos atingidos”, observar que o mesmo não fora concluído em virtude da exigência de atendimento ininterrupto no setor de saúde, não sendo possível que o mesmo seja realizado dentro da carga horária de 06 horas dos servidores. Alessandro explanou sobre o regime de 6 horas para manutenção de setores em funcionamento. Por isso inviabiliza o desenvolvimento do projeto. Marcelo

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

lembra as palavras da reitora durante a reitoria itinerante, "*que o setor não poderá ficar descoberto*", portanto entende que outro servidor como Assistente de Alunos, coordenadora ou coordenador poderia garantir o funcionamento do setor no momento em que o projeto está sendo desenvolvido. Marcelo reforça que solicitará novamente na reitoria itinerante do dia 17/04/2019 que a reitora se pronuncie sobre a questão para entendimento. Alessandro sugere que seja revisto o regulamento. Jaubert fez suas colocações, sugerindo uma organização maior do documento, do texto em si e conclui que o documento não mostra quais foram efetivamente as ações e resultados alcançados, sugerindo que seja revisado entre todos os diretores. Percebe a falta de dados que comprovem e que embasam o que foi citado, que seja passado ao gabinete da direção Geral para revisão e que antes do envio da versão final à reitoria, seja encaminhado ao Colegiado de Campus para apreciação e aprovação. Jaubert pondera que o valor total investido não está contemplado no documento. Ao tratar sobre o aumento no número de auxílios poderiam ser criados novos modelos de editais, a exemplo dos outros *campi*. Em relação ao refeitório, Jaubert entende que o almoço deverá ser estendido para todos os dias da semana, fazendo referência às palavras da reitora que entende que deve-se proporcionar. Em relação ao Setor de Saúde Jaubert entende que falta uma cobertura geral, pois hoje não estão em consonância os dois setores e, em seu ponto de vista, deveria ser revisto para um melhor atendimento à comunidade acadêmica. No item "reuniões por curso", Jaubert cita que foram poucas e insuficientes e entende que elas não são realizadas periodicamente conforme consta no relatório. No ítem "Estímulo por parte das Coordenações de Curso e Direção de Ensino para que os professores proponham Projetos de Ensino de Nivelamento" entende que são ações inerentes às funções do docente assim como o auxílio do SAP. Quanto à aplicação de questionário, entende que poderia ser relato no que isso ajudou, como serviu de insumo para o PPE de 2018. No ítem "Políticas

de qualidade de vida do servidor”, sugere que sejam agregadas os jogos anuais dos servidores. Mesmo sendo um documento interno o mesmo deverá ser mais especificado. Sandra sugere que seja enviado aos servidores para que cada um elenque suas principais ações e quais são diferenciadas, para servir de base para o documento final, para que os servidores contribuam no relatório de gestão, especificando as atividades e que seja no mesmo modelo da RAD e de periodicidade semestral. Larissa sugere que se tenha este registro no *campus* e informa que o grupo de pesquisa foi contemplado através de um edital de fomento que não está citado e especificado no relatório. O conselheiro Alex Roberto Schmidt levantou a necessidade de aumentar os pontos de wifi, e que alguns lugares em determinados dias não funcionam. Cesar explica que os prédios estão consideravelmente cobertos uma vez que na instalação dos equipamentos roteadores foram analisado os locais com maior público de usuários e limitada a quantidade de roteadores existentes/recebidos. A respeito da lentidão Cesar destaca que o número excessivo de conexões para o link sempre irá prejudicar a performance do acesso além de outras questões pontuais como locais de acesso dentro da sala de aula e o tipo de equipamentos sem boa qualidade para navegação, além do qual problemas extra instituição, como por exemplo quedas de link recebido das operadoras. Jaubert finaliza questionando se os dois milhões de reais, orçamento anual de 2018, foi totalmente utilizado. Alessandro argumenta que se deve verificar, quanto foi empenhado e executado em 2018, irá verificar para apresentar na próxima reunião. Em relação a oferta de almoço em todos os dias da semana, Alessandro sugere incluir a refeição para os alunos do noturno, onde temos uma maior evasão. Sugere a constituição de um Grupo de Trabalho para pensar o planejamento de 2020, com a participação de membros do colegiado para definir a melhor forma de investimento dos recursos. Pontuar e incentivar os colegas dos respectivos segmentos que respondam o questionário da CPA, que é o principal

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

instrumento para apontar nossas fragilidades. Alessandro levanta a sugestão da conselheira Sandra, para que os docentes preencham juntamente com o relatório da RAD, as ações realizadas no ano. Dando seguimento à pauta, passou a apreciação do pedido de licença interesse da servidora Madalena Rotta, médica do *campus*, por motivos pessoais. Alessandro ressaltou que esta licença é sem remuneração e portanto a mesma não necessita de justificativa. Após recebimento do pedido, Alessandro solicitou a manifestação da chefia imediata que emitiu parecer desfavorável à licença, alegando que a mesma possui outros vínculos empregatícios e que solicite a licença a estes órgãos e ainda, em virtude da escala flexibilizada do setor que possui atendimento de forma ininterrupta. A Coordenadora do Setor de Assistência Estudantil, Laura Spanivello, justifica seu parecer, pois existem outros servidores do setor em afastamento, o que prejudicaria o pleno atendimento em todos os turnos. Na sequência, Alessandro, realizou a leitura do parecer da Direção de Ensino que indeferiu o pedido da servidora, considerando que um servidor está em licença e uma servidora sairá em Afastamento Integral, neste setor de suma importância para a instituição. Cléber fez uso da palavra afirmando que a liberação de duas servidoras concomitantemente para o gozo da Licença Interesse prejudicaria o atendimento à comunidade acadêmica, devido ao grande número de atendimentos de saúde e assistência social. Alessandro apresentou ainda um requerimento enviado pela servidora em questão aos conselheiros, onde a mesma ressalta que não faz parte da flexibilização de 6 horas do setor e que por esse motivo não participa ativamente da escala e sim como apoio nas atividades e que suas funções seguirão sendo realizadas pelos colegas e demandas mais específicas, como perícias, poderão ser realizadas por médicos de outros *campi* do IFFar. O documento está assinado pelos servidores do Setor de Saúde e Assistência Estudantil, estando os mesmos de acordo com a solicitação. Alessandro ressalta que em função da jornada de trabalho de 20 horas da servidora

não faz parte da flexibilização, no entanto, pode cobrir o setor estando na escala para atender plenamente e garantir o atendimento ininterrupto do setor. Alessandro pontua que o atendimento à saúde está separado fisicamente da Coordenação de Assistência Estudantil e que a sala de atendimento das psicólogas está localizada em uma sala do prédio A, por este motivo muitas vezes o setor está fechado devido a psicóloga estar em atendimento e não haver outro servidor na escala. Alessandro frisou que todo servidor tem direito de solicitar a Licença Interesse, mas que nem sempre é concedida. Alessandro solicitou a manifestação dos conselheiros quanto à concessão ou não da licença. A conselheira Silvane Costa Beber absteve-se da votação, pois teve que ausentar-se antes do término. Cesar questionou se a CAE e Setor de Saúde no momento da flexibilização uniram-se para garantir a ampliação do atendimento. Alessandro afirmou que sim. Marcelo ressalta que pelo organograma institucional não existe setores de saúde e de assistência estudantil e sim a CAE (Coordenação de Assistência Estudantil) onde ambos os servidores são lotados nesta coordenação. Marcelo entende que a primeira ação do setor é acolher o aluno e após, encaminhar para o atendimento necessário, seja com médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social ou nutricionista. Alessandro justifica que há dificuldades nesta situação por se tratar de cargo único, considerando a especificidade do setor. Laura pondera que em determinados casos, somente um profissional poderá prestar o atendimento, nos casos mais graves ou específicos. Jaubert considera a situação extremamente delicada, pois é um direito do servidor usufruir da licença interesse e ao mesmo tempo a instituição irá ficar desassistida deste atendimento e do profissional e por isso sente uma dificuldade enorme em manifestar-se em relação a este pedido. Cesar pontuou que para realizar o funcionamento bastaria um coordenador e 2 técnicos, como nos demais setores. Laura ponderou que desde julho de 2018 apenas no mês de abril de 2019 houve cobertura total do setor e justifica a importância da presença do profissional médico para

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

atender as perícias e ainda os atendimentos mais graves e que as funções da coordenação são realizadas durante 4 turnos, os demais turnos são realizados em sala de aula, pois a mesma é docente. Sandra questionou sobre o documento enviado pela servidora com a assinatura dos colegas e se eles estão cientes da alteração da escala. Laura responde que foi realizada uma reunião no setor onde ninguém se opôs e consideraram direito da servidora usufruir da licença. Alessandro exemplifica uma situação hipotética de um aluno com hipoglicemia onde somente os cargos de saúde (Médico, Enfermeiro, Técnica em Enfermagem) saberiam fazer o teste. Marcelo pondera que mesmo que o teste fosse positivo a enfermeira e/ou a técnica de enfermagem não poderiam prescrever algo, a prescrição de medicamentos e/ou similares entende que é restrito ao cargo de médico e por isso o correto é encaminhar ao hospital para um profissional habilitado, visto que o cargo de médico no *Campus* atende somente um turno. Laura expõe uma situação que na falta dos profissionais de saúde um servidor do setor ao prestar atendimento ao aluno acabou se equivocando e trocando o produto. Marcelo ressalta novamente que se a médica não está no *Campus* as situações devem ser encaminhadas para hospital e/ou posto de saúde somente este profissional está habilitado para tratar. Laura justifica que tem 4 servidores da saúde e ainda assim não há cobertura total dos turnos. O conselheiro Olívio pontuou que nas empresas o médico não permanece integralmente, ele apenas prescreve a medicação, podendo um técnico da área da saúde fazer o procedimento. Marcelo defende que os profissionais da saúde, conforme instruções do PCCTAE, devem atuar preferencialmente na prevenção. Olívio pondera que outras situações poderiam causar o afastamento da servidora, como licença saúde, licença maternidade entre outras. Cesar considera que o indeferimento do pedido poderá afetar a qualidade de vida do servidor e entende que não deve ser levado em consideração os outros vínculos empregatícios, e que mesmo sendo difícil para a instituição a servidora tem direito à licença. Ponderou que por muitos

anos a instituição caminhou sem o profissional médico, sendo que este entrou em exercício em agosto de 2014. Em relação aos colegas que querem trabalhar somente no mesmo turno, conforme relato anteriormente pela coordenadora Laura, entende que este é um problema pontual a ser resolvido no setor. Cesar reitera que o olhar da gestão deve ser direcionado para a qualidade de vida do servidor. Alessandro responde ao conselheiro Cesar que se coloca, enquanto gestor, com o olhar voltado para a instituição e sua atividade fim e que não se discute o direito da servidora. O conselheiro Alex Schmidt questionou que se caso for negado o afastamento o servidor poderá se exonerar e a instituição ficar sem o profissional. Alessandro afirma que sim e que há banco de concurso disponível para nomeação. Laura justificou mais uma vez seu parecer devido ao grande número de atendimentos aos alunos e pondera que caso não houver garantia de atendimento ininterrupto, o setor deverá funcionar as 8 horas. A conselheira Branca Bayer considera que o documento estando assinado concordando com o afastamento da servidora, a questão sobre a escala será suprida. Alessandro ressalta que esse tipo de afastamento poderá ser revertido a qualquer momento e que caso, autorizado o afastamento, poderá ser incluído um adendo no processo. Sandra questiona sobre o tempo de afastamento. A servidora sendo liberada por um tempo poderá retornar, caso outro servidor se afaste por motivos de saúde. Alessandro argumenta que se for autorizado afastamento por um ano, solicitar seu retorno antecipado é complicado e Jaubert pondera visto o planejamento do servidor para este período e Marcelo ressalta que a lei ampara a administração. Laura argumenta que este setor é essencial para a permanência e êxito dos estudantes. Marcelo solicita que se registre em ata, que em qualquer momento a administração poderá solicitar seu retorno antecipado. Cesar sugere que se reorganize a escala do setor para que garantir o atendimento ininterrupto. Laura reitera que a servidora concordou com o afastamento da colega Sabrina e deveria aguardar seu

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de *Campus* 2019

retorno. O diretor Cleber entende o pedido da servidora, mas como gestor, relata as reclamações recebidas sobre o atendimento. Acha difícil justificar a liberação de mais uma servidora desse setor. Sandra entende ser importante o posicionamento da gestão. Após argumentos o diretor geral encaminha para votação a solicitação de afastamento da servidora Madalena Rotta, lembrando que conforme a legislação a servidora pode permanecer até três anos afastada por Licença Interesse, podendo retornar a qualquer momento, de acordo com o interesse da administração. O diretor geral encaminha para votação, dos dez membros presentes sendo que cinco votos foram favoráveis, dos conselheiros Sandra, Olívio, Cesar, Branca e Marcelo, e quatro votos contrários, dos conselheiros Larissa, Jaubert, Aline e Alex, uma abstenção e uma ausência. Larissa, ressalta que como conselheira analisou a situação em prol do *campus*. Alessandro argumenta que os colegas do setor foram favoráveis e que deverão assumir o compromisso de atender a escala e eventuais pedidos de afastamentos futuros serão analisados caso a caso. Desta forma, o afastamento foi deferido. Em função do horário, o ponto de pauta sobre apreciação do Colegiado da viabilidade de abertura do Curso Técnico em Agricultura integrado ao ensino médio será tratado na próxima reunião deste colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Diretor Geral agradeceu a participação e encerrou a reunião, e eu, Maria Elisa Ullmann dos Santos, lavrei esta ata, que será assinada pelos presentes, conforme lista de presença em anexo.

Marcelo V. Alonso; Larissa, Aline, Jaubert